

Câmaras atraem pessoas com subsídios e vantagens

Casar e ter filhos. O mote, patrocinado por autarquias, tem sido pretexto para atrair famílias a locais envelhecidos. A par dos subsídios, há câmaras a 'pisar o olho' a jovens empreendedores capazes de constituírem riqueza, a partir de locais remotos. Ao contrário das metrópoles europeias, para as cidades portuguesas o desafio consiste em repovoar os centros históricos

Ⓜ Paula Sanchez

As políticas locais de incentivo à fixação de pessoas estão a generalizar-se entre os municípios portugueses, confrontados com uma perda progressiva de população e com a desertificação dos seus territórios. Câmaras e até juntas de freguesia avançam para programas de concessão de incentivos sem terem, na maioria dos casos, estratégias articuladas de políticas públicas, a não ser a acção social.

Subsídios para ajudar à instalação de famílias, ao casamento e aos nascimentos estão a ser banalizados por muitos municípios, cujos regulamentos de atribuição compensam essencialmente os agregados familiares de mais baixos recursos económicos.

A perda de população não é exclusiva das terras do interior. Os centros históricos das principais cidades e vilas portuguesas revelam sinais de envelhecimento. Lisboa, ao invés do que sucede nas principais metrópoles europeias, é disso exemplo e as autoridades locais já ponderam a implementação de medidas de discriminação positiva, como a atribuição de subsídios de saúde para as crianças.

Nas principais cidades europeias, a pressão demográfica sobre os centros históricos é de tal ordem que, para garantirem a qualidade de vida, os municípios optam por medidas restritivas ou negativas, como o agravamento de impostos e taxas, o elevado custo do estacionamento urbano e o alargamento da área de circulação pedonal.

Em alguns concelhos nacionais, no entanto, a discriminação positiva não se fica pelos subsídios de casamento e nascimento. Procurando captar elites profissionais, que preencham lacunas concelhias ou sejam capazes de fo-



Locais cativantes Os incentivos isolados dificilmente alcançarão os resultados pretendidos, dizem os estudiosos

mentar dinâmicas locais, geradoras de riqueza, algumas autarquias "pisam o olho" a profissionais liberais e quadros, oferecendo-lhes facilidades de instalação. E esse será um dos caminhos a seguir, segundo o orientador científico da conferência "Cidades

criativas", que se realiza hoje em Oeiras. Interessado em ajudar a construir "cidades vibrantes", António Câmara justifica o envelhecimento dos centros históricos com a desertificação de talentos. "A cidade tem de estimular projectos locais e estabelecer um *mix* de políticas, da acção social à actividade económica."

Médicos, enfermeiros, professores, notários, entre outros, que aceitem fixar-se em concelhos do interior podem receber casas mobiladas e beneficiar de apoios como aquisição de lotes a custos controlados ou redução de taxas e licenciamentos. E já há câmaras a isentar os jovens do pagamento de IMI e outras que não cobram derrama às empresas. A despeito de não ser vista como incentivo, é prática comum a câmara disponibilizar alojamento para a família do comandante da GNR ou dos magis-

trados. Com isso, os autarcas visam assegurar a permanência de estruturas do Estado nos seus concelhos.

Incentivos isolados dificilmente produzirão os efeitos desejados, segundo António Câmara. Para travar a fuga de talentos ou para os atrair, as cidades devem desenvolver estratégias de empreendedorismo, tornando-se vibrantes para quem as visita ou para quem lá vive ou trabalha, envolvendo as pessoas.

Aludindo à importância da liderança para a reabilitação de um lugar, António Câmara lembra a aldeia catalã de Callús que, a definir com 600 habitantes idosos, se transformou num lugar de eleição escolhido pelos artistas. "Devido à visão do alcaide Ramón Afonso, que começou por disponibilizar Internet gratuita por todos. Foi dos primeiros locais a fazer um orçamento participativo." I

➔ **Duas perguntas a...**
António Câmara,
professor universitário
e Prémio Pessoa 2006

Estratégias devem ser 'mix'

As políticas sociais são suficientes para fixar população?

Não. O processo é mais complexo. As autoridades locais devem apostar num *mix* de políticas dirigidas aos diferentes estratos sociais, às classes mais desprotegidas e a outras mais intelectuais ou empreendedoras. Os governos locais podem fazer imenso pela vida das cidades. Se olharmos para Barcelona ou Lisboa, vemos realidades diferentes, porque a visão estratégica de Barcelona assentou num *mix* cultural e social que faz com que os jovens queiram lá viver.

As estratégias de captação de elites profissionais podem rejuvenescer uma localidade?

Fazem uma enorme diferença, mas devem ser aliadas a uma componente de empreendedorismo, para que esses locais não se transformem em dormitórios agradáveis. É preciso criar condições para estimular a fixação dessas pessoas, mas visando dinâmicas de criação de empregos. No âmbito da Barcelona@22, na componente de media, a Ydreams foi convidada a instalar-se na cidade e durante meses não pagou renda, o que foi um precioso contributo para o arranque. São iniciativas destas que devem ser prosseguidas pelas autarquias portuguesas.

30%

foi o decréscimo da população de Lisboa desde 1980. A capital perde população, enquanto os concelhos limítrofes não param de crescer. Nas duas áreas metropolitanas, só Lisboa, Amadora, Barreiro e Porto perderam população. À volta do Porto, todos os concelhos aumentaram a população

Municípios acusam Governo de remar para outro lado

Vila de Rei ainda lambe a ferida do repovoamento com brasileiros, mas Irene Barata, a primeira autarca a concretizar medidas de incentivo, crê que o caminho é esse. "Houve uma pessoa que quis inquirir o processo", diz, "mas o balanço é positivo": dos sete brasileiros que vieram "legais, como deve ser", ficaram quatro e um dos casais já teve um bebé". Apesar de ficar a hora e meia de Lisboa, o deserto de pessoas foi-se a poderando das terras e a autarquia abriu frentes para não deixar morrer os velhos e dar condições de vida aos

jovens. "Temos um executivo jovem de pessoas residentes aqui, fazemos um trabalho muito eficiente com os lares de idosos, oferecemos terrenos a preços simbólicos e esperamos avançar com um projecto digital, que permitirá instalar Internet gratuita em todas as casas. Será mais um atractivo para trazer jovens."

Com a mudança na Lei das Finanças Locais, o Governo quis dar instrumentos de competitividade aos municípios, deixando ao seu critério a redução de uma parcela variável do IRS. As críticas não se fizeram espe-

rar, pois os 5% de redução, na óptica das autarquias, não são competitivos. Presidente em Alcúmtim, Francisco Amaral é dos que pensam assim. Num concelho onde "nada se pode fazer, pois tudo é Rede Natura, reserva ou leito de cheia", condições de excelência, como ficar junto ao Guadiana, de nada servem. "Os investidores voltam costas e o concelho desaparece, porque alguém sonhou que deveria ser reserva."

Só o Governo tem meios para compensar a deslocalização do litoral para o interior. "Não é retirando



Vila de Rei Restam quatro brasileiros

hospitais que se trará a desertificação. A câmara pode dar boas condições, mas se não houver emprego ninguém virá", diz Paulo César, vereador em Vila de Rei. A braços com a interioridade, o edil de Figueira de Castelo Rodrigo luta contra moinhos de vento para reagir à política fiscal do Terreiro do Paço. "O inimigo é o IVA. Compramos tudo a Espanha e isso está a matar o comércio." Considerando que "o Governo desistiu do interior", António Edmundo pergunta: "Como cativamos empresários, se é o Estado a fugir?" I

Lisboa quer trazer jovens para o centro histórico

Ao contrário das outras capitais, Lisboa assiste ao envelhecimento da população e à desertificação do centro histórico. Depois de perder 200 mil pessoas em dez anos, e com os diagnósticos feitos, a autarquia dá sinais de querer inverter a tendência, através de políticas dirigidas aos jovens e de incentivos à habitação de casas devolutas - o concurso Lx-Rehabitar o Centro recebeu 318 candidaturas. E fala-se ainda da atribuição de seguros de saúde às crianças nascidas na cidade. I



Equipamentos inovadores fazem a diferença

Disponibilizar equipamentos públicos inovadores, como parques ecológicos, piscinas com ondas ou pistas de pesca desportiva, atraí residentes e visitantes, dando preciosa ajuda à economia local. Algumas autarquias perceberam a oportunidade e, com apoios comunitários, arriscaram em projectos pioneiros, inexistentes em concelhos vizinhos, dando bom exemplo de estratégias assentes numa lógica supramunicipal. Mais do que a quantidade de equipamentos a construir em cada concelho, a inovação é um dos principais factores para a sua sustentabilidade. A outra face do voluntarismo autárquico leva-nos para realidades megalómanas como a de Ourique, concelho com seis mil pessoas onde, na ânsia de aproveitar as verbas comunitárias, a câmara se lançou na construção de seis equipamentos grandiosos - mercado, biblioteca, pavilhão multiusos, centro de exposições, cinema e centro de convívio. Não só boa parte dos equipamentos não foram acabados, por falta de verbas, como a própria sustentabilidade financeira da autarquia ficou comprometida: Ourique agora tem uma dívida de 20 milhões de euros. I



Casos Dos apoios à natalidade e à instalação de famílias à captação de elites profissionais

Boticas paga infantário

Crianças dos seis meses aos três anos, cujos pais residam no concelho há um ano, recebem um subsídio que pode chegar a 70 euros/mês para pagar o infantário, o qual pode ser substituído por géneros como papas, leite ou fraldas. Em 2006, a câmara apoiou 41 crianças. O programa existe desde 2005, tendo sido concedidos 18 mil euros de incentivos.

Médicos em Cabeceiras de Basto

Para combater a falta de médicos, a câmara encetou há seis anos a política de atracção de clínicos. A oferta de casa foi o primeiro passo e obteve resposta de três espanhóis. A parceria com a Faculdade de Medicina do Porto traz 30 finalistas/ano ao concelho. Interessado em fixar profissionais que contribuam para o desenvolvimento sustentável, o presidente Joaquim Barreto não é apologeta dos apoios monetários, pois "desaparecem depressa".

Murça já ajudou 97 casais

Desde 2002, o município atribuiu dois mil euros por casamento. Agora, a política de fixação de pessoas foi repensada e estendeu-se aos nascimentos, atribuindo-se 750 euros por criança. O casamento passou para 1500 euros. O edil João Luís Teixeira indica outros incentivos a jovens, como a isenção do pagamento de IMI. A autarquia tem casas para magistrados, mas são pouco usadas, pois "algumas classes preferem ter casa própria ou ir dormir a Vila Real"

Vila de Rei com 171 bebês

O município do Pinhal foi o primeiro a avançar com incentivos em 1999. A paisagem de excelência não foi suficiente para travar o êxodo, empurrado pela falência das indústrias de madeira. Com menos de quatro mil residentes, a política pioneira já deu resultados: em seis anos, concederam-se 171 subsídios de nascimento, de 750 euros, e 88 de casamento, de mil euros. Os apoios passam por creches gratuitas, terrenos a um cêntimo, habitação a custos controlados e comparticipação na aquisição de livros.

Alcoutim dá casas a famílias

Quase 100% do território é ambientalmente protegido. E a eficácia é tal que, segundo o presidente da câmara, um dia só há paisagem. 40% dos três mil habitantes são idosos. Para resolver a falta de enfermeiros e médicos, a câmara deu casas às suas famílias. A autarquia disponibiliza lotes com projectos aprovados e já conseguiu mobilizar alguns jovens. Francisco Amaral não crê que sejam políticas financeiras municipais a estimular a vinda de população. "Era preciso dar incentivos fiscais, libertar terrenos para o investimento e isso nós não podemos fazer."

30 bebês/ano no Vimioso

Em média, nascem 30 crianças/ano. É pouco para reforçar uma população de 5800 pessoas em declínio. Desde há cinco anos, a autarquia compensa cada nascimento com 500€. Os maus acessos ao IP4 são a causa, diz o presidente José Rodrigues. Os terrenos industriais são quase oferecidos e a autarquia dá transporte, livros e refeições às crianças em idade escolar. Também um médico vive em casa cedida pela câmara.

Carrzeda apoia terceiro filho

O terceiro filho é compensado com 7500 euros. Em 2005, para combater o saldo demográfico negativo, a autarquia atribuiu 30 mil euros, apoiando 12 crianças. "Nasceram mais, mas o apoio só é dado após o terceiro filho", diz a vice-presidente Natália Pereira. Após o quarto filho o subsídio é de três mil euros. Redução dos preços dos terrenos, transportes e livros gratuitos no ensino obrigatório e descontos no comércio tradicional são outros apoios.

Terra da cegonha sem bebês

Os 50 contos que a terra da cegonha dava por cada criança nascida em Figueira de Castelo Rodrigo abriram telejornais em 1999, mas a falta do regulamento fez a câmara recuar. A ideia será actualizada. O município não ficou parado e assumiu custos sociais. "Não se pagam taxas de saneamento e resíduos, o IMI é insignificante, a derrama não existe, construímos habitações a custos controlados, apostámos em equipamentos que melhoram a qualidade de vida", diz o presidente António Edmundo.

Manteigas sem empregos

Desde o anúncio dos incentivos, não faltaram interessados, mas todos perguntando se os subsídios eram associados ao emprego. Casais com 150% do salário mínimo de rendimento recebem 1000€, após três anos. A ajuda para o primeiro filho é de 500€, para o segundo é de 750€ e após o terceiro é de 1000€. Estudantes do ensino superior recebem 160€/ano. Em 2006, a autarquia atribuiu 16 bolsas de estudo de 200€ mensais e este ano já contabilizou 23 candidatos.

Mora aposta no regresso

Muitos reformados estão a regressar para beneficiarem das políticas da câmara, que suporta 50% do preço dos medicamentos. A uma hora de Lisboa, Mora acena com a qualidade de vida para rejuvenescer uma população de seis mil pessoas. De Setembro de 2004 até hoje nasceram 58 bebês, apoiados com 41 mil euros. Lotes a preços reduzidos e apoio para a recuperação de habitação degradada são outras ofertas.



➔ Conferência 'Cidades Criativas' para promover a sustentabilidade

Como podem as cidades tornar-se atractivas para os seus residentes e para os seus visitantes? Que aspectos marcam a diferença de umas cidades para outras? Com podem as autoridades de uma cidade inverter ciclos de declínio, tornando-as de novo apetecíveis para a fixação de pessoas e negócios ou para o turismo? Questões como estas serão debatidas hoje por especialistas nacionais e internacionais, durante a conferência sobre "Cidades Criativas", em Oeiras, e que contará com o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local na ses-

são de encerramento. A iniciativa, enquadrada nas comemorações dos 30 anos do Poder Local e promovida pela Associação Nacional de Municípios, visa dar a conhecer experiências e estabelecer dinâmicas de intervenção futuras. Dela sairá um relatório, redigido pelo catedrático António Câmara, presidente da YDreams e responsável pela orientação científica da conferência, documento que a Associação Nacional de Municípios espera ser um primeiro contributo para novas vias de políticas sustentáveis de desenvolvimento económico e bem-estar social.

Barceló i Roca, presidente da sociedade municipal Barcelona@22, Will Lambe, professor na Universidade da Carolina do Norte (EUA), Brewster McCraken, vereador de Austin, no Texas (EUA), e Zef Hemel, director adjunto do planeamento de Amsterdão, são os oradores estrangeiros convidados, estando a componente portuguesa assegurada pelo coordenador nacional do Plano Tecnológico, Carlos Zorrinho, e pelo relato das experiências de Vila Nova de Gaia e de Sines. A importância das cidades na economia de um país será transversal a todas as intervenções, já

que se procuram caminhos de diferenciação. António Câmara nota que a economia de Nova Iorque tem dimensão idêntica à da Rússia e que a economia de Chicago equivale à da Suécia. Para o galardão com o Prémio Pessoa em 2006, a relevância de uma cidade está relacionada com a criatividade no quadro da economia do conhecimento. Como o teórico do ordenamento Richard Florida, também Câmara considera as cidades mais autênticas, informais e vibrantes quando apostam na tolerância, na atracção de talento, em universidades e empresas inovadoras. **IPS**

Cidades europeias 'sacodem' pressão demográfica dos centros históricos

Paula Sanchez*

O desafio para as autoridades locais das principais cidades europeias consiste em manter o excesso de população num patamar que garanta qualidade de vida. Metrôpoles como Londres ou Roma já enveredaram por políticas de discriminação negativa, para aliviar a pressão urbana e rodoviária dos centros históricos, taxando a residência e a circulação rodoviária. Esse parece ser o caminho a seguir nas cidades onde a pressão demográfica compromete a qualidade de vida e a mobilidade dos cidadãos.

Desertificação rural é coisa que os alemães não conhecem. Grandes cidades como Hamburgo, Berlim, Bona ou Hannover são densamente povoadas e servidas por uma boa rede de transportes. Um alemão pode viver a 70 km de distância do emprego, numa vila pacata, bem organizada e sem pressão urbanística, já que o centro urbano fica acessível em meia hora. Num país com 85 milhões de habitantes, todas as vilas têm infantários, escolas, unidades hospitalares e serviços estatais.

As preocupações sociais são maiores no Leste da Alemanha reunificada, devido ao desemprego que obriga os mais jovens a deslocarem-se para as grandes cidades. Para travar o êxodo, o Governo alemão dá incentivos fiscais às empresas que se instalem no Leste. A ajuda social



Londres | A pressão demográfica sobre a capital inglesa obrigou as autoridades municipais a impor taxas de residência

Um alemão pode viver a 70 km do emprego, numa vila pacata e bem organizada, já que o centro urbano fica acessível em meia hora

é dada às pessoas que permaneçam nos territórios de origem. Um casal com filhos pode receber 1800€/mês, entre apoios para renda de casa, abonos e subsídio de desemprego.

Em França, na última década do século XX, inverteu-se a tendência para a desertificação rural. Em 1999, quase um quarto dos franceses vivia em zonas rurais, número idêntico ao de 1962 (13,6 milhões de pessoas). As políticas de ordenamento do território

de incentivos à fixação de populações fazem-se num plano supra-municipal, através das regiões, estrutura administrativa que em Portugal só existe nos Açores e Madeira.

A região do Limousin (que com a Córsega é das mais pobres e com maior envelhecimento) tem fomentado incentivos. Embora sem conceder apoios directos, as autoridades locais atribuem ajudas até 3000€ para minimizar o custo da "mudança"

de um negócio. Para o chefe do serviço de acolhimento (*accueil*) do Limousin, Stéphane Grosser, "privilegiamos o desenvolvimento da oferta de serviços e do potencial de criação de actividade económica aos incentivos financeiros directos". Em 2007, o orçamento da política de acolhimento da região será de 2,2 milhões de euros. Em 2005, pela primeira vez em mais de um século, a população da região cresceu.

Com um território idêntico ao Alentejo, onde se concentra uma população similar à portuguesa, a Bélgica tem metade do país urbanizado mas não se vêem concentrações excessivas nas cidades. As pequenas localidades são agradáveis, atractivas e, devido à acessibilidade, nenhuma aldeia fica longe de um centro com lojas ou de um cinema.

O esforço de desenvolvimento urbano é uma prioridade das autoridades federais. Existe um ministro para a Política das Grandes Cidades e Igualdade de Oportunidades e, em 2003, o orçamento para esta tarefa ascendia a 44 milhões de euros, atribuído, em grande parte, em contratos estabelecidos com 15 cidades e comunas. Até 2000, a única chave usada para repartir fundos assentava no número de residentes. Cidades com 150 mil habitantes beneficiavam de ajuda federal. Desde 2001, a distribuição envolve critérios socioeconómicos, o que permitiu a entrada de mais urbes no sistema. **IPS**

*Com Carla Guerra (Berlim), Fernando de Sousa (Bruxelas), Manuela Paixão (Roma) e Tomás Cabral (Paris)

➔ Políticas municipais Discriminação negativa para chegar às cidades

A disponibilização dos centros históricos das grandes urbes para o sector terciário e para o lazer é a filosofia comum no Velho Continente. Em Itália, todas as cidades com núcleos históricos fecharam a malha urbana, impedindo o tráfego rodoviário e promovendo a circulação pedonal.

Visando garantir as mais-valias do turismo nessas zonas, as autoridades locais fomentam também a actividade económica, baseada no comércio tradicional, e, simultaneamente, in-

crementam políticas de discriminação negativa para os seus habitantes.

Além das tarifas de estacionamento limitado (parquímetros) consoante a zona, Londres e Roma aplicam taxas de circulação. Na capital italiana o passe pode chegar a mil euros/ano e a circulação diária na capital inglesa custa 12 euros/dia, confirmada por dístico especial.

Os municípios ingleses vão mais longe, impondo um imposto de residência nas cidades. Em Londres, o

consultex pode chegar a 1500 euros anuais, em algumas áreas, embora esse valor diminua em cidades menos pressionadas demograficamente. O *consultex* equivale ao que poderia ser um salário mínimo, atendendo ao rendimento médio inglês. Em Portugal a situação é diferente, já que o imposto municipal sobre imóveis (IMI) incide sobre os edifícios e não sobre os residentes.

A discriminação negativa atinge também o património. Políticas rigi-

das de preservação, que obstaculizam intervenções no edificado, acabam por desmotivar os habitantes.

Por outro lado, a especulação imobiliária, que deixa ao abandono a reabilitação, tem levado alguns municípios a intervirem como reguladores. Para combater o envelhecimento da população do centro urbano de Paris, a autarquia incentiva a construção de habitação a custos controlados. Em França, a habitação social não se destina apenas à popu-

lação carenciada, existindo oferta de níveis diferentes. Com esta política as autoridades parisienses esperam construir 26 mil fogos até 2008, e assim manter controlados os preços.

Quando é vendido um prédio inteiro, o município da capital gaulesa exerce quase sempre o direito de opção, de forma a integrá-lo no seu parque social. Só os prédios de luxo não interessam à municipalidade parisiense. **IPS**

*Com Hugo Bordeira (Londres), Manuela Paixão (Roma) e Tomás Cabral (Paris)